

Discurso do Diretor Nilson Rodrigues proferido na abertura da reunião para assinatura de Convênio de Cooperação Técnica entre ANCINE e Ministério da Justiça com vistas ao combate à Pirataria.

Data: 08/07/08

Local: Agência Nacional do Cinema

Componentes da mesa:

- **Dr. Luis Paulo Teles Ferreira Barreto** - Secretário Executivo o Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP)
- **Sr. Sergio Sá Leitão** – Diretor da Ancine, supervisor da Superintendência de Fiscalização
- **Sr. Mario Diamante** – Diretor da Ancine
- **Sr. Luiz Severiano Ribeiro** – Empresa Exibidora Severiano Ribeiro
- **Sr. Wilson Cabral** – Representante da União Brasileira de Vídeo .

Bom dia.

Essa reunião é desdobramento de um primeiro encontro ocorrido no início junho na sede da União Brasileira de Vídeo e visa dar continuidade às ações já iniciadas para articular esforços no combate à Pirataria, ações essas que envolveram diversos órgãos dos diferentes níveis de governo, o mercado audiovisual e suas entidades representativas.

O audiovisual é um segmento que vem sofrendo a cada ano com o crescimento da pirataria, cuja atuação criminosa tem sido responsável por grandes prejuízos nessa indústria. Segundo alguns dados, as perdas da Indústria Audiovisual com a pirataria podem chegar, apenas no Brasil, a quase duzentos milhões de dólares.

Para quase todos aqui presentes esses dados são mais do que conhecidos e é justamente sua dimensão que nos motiva a estar aqui hoje, mobilizados para conversar e juntar forças no combate à Pirataria.

A ANCINE tem como uma de suas missões institucionais apoiar ações de combate à pirataria e vem consolidando seus institutos, pois tem clareza que ao combatê-la está contribuindo para o desenvolvimento de uma política que busca o crescimento sustentável da indústria audiovisual brasileira.

A Agência está atenta e consciente da necessidade de desenvolver estratégias de atuação nesse sentido e considera que pode ser, ao lado de outros órgãos governamentais, um agente fundamental para alcançar conquistas nesse campo.

Criamos uma área específica para cuidar do tema dentro da Agência, o Núcleo de Apoio ao Combate à Pirataria, que foi incumbido de elaborar um Programa de Ação para orientar atuação da ANCINE nos próximos três anos. O programa tem metas de curto, médio e longo prazo e quero mencionar aqui apenas uma síntese do que já está sendo realizado.

- ❑ Na esfera da articulação, nos aproximamos do Fórum Nacional de Combate à Pirataria (FNCP), do Grupo Regional de Combate à Pirataria da FIRJAN, dos quais somos membros e da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial, entre outros.
- ❑ Realizamos, no final do ano passado, um seminário com a participação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Associação Antipirataria de Cinema e Música (APCM), União Brasileira de Vídeo (UBV), Associação Brasileira de Videolocadoras (ABV), Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM) e demais órgãos para a sensibilização do público, especialmente o interno, sobre a questão da pirataria.
- ❑ No eixo da repressão, a ANCINE, que não tem competência repressiva, tem encontrado uma enorme cooperação da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial, que tem sido uma parceira importante, sensível às questões levadas pela ANCINE e responsável por várias apreensões de material audiovisual.
- ❑ Outro importante parceiro é o Ministério da Justiça que, tanto via Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) quanto via Polícia Federal, tem realizado investigações de inteligência com resultados significativos. Vamos inclusive assinar neste encontro um convênio de cooperação que vai intensificar essa parceria.
- ❑ E, no final de Agosto, a Ancine estará patrocinando um encontro com sete delegacias especializadas em combate ao crime de Pirataria com o mesmo propósito de articular boas práticas e sensibilizar para a questão do audiovisual.

Contudo, estamos convencidos que o maior desafio está em conseguir uma maior percepção do crime de pirataria pela sociedade. Por isso, a ANCINE está disposta a destinar os recursos orçamentários para lançar uma campanha publicitária de grande repercussão com essa finalidade.

Muitas iniciativas como essa já foram inclusive adotadas pelo mercado e por outros órgãos de governo, no entanto, agora caminhamos no sentido de um trabalho conjunto e articulado.

Todas as nossas ações, tanto no âmbito do governo quanto no da sociedade, devem ser parte de uma grande estratégia que envolva os aqui presentes e outros, a fim de que se crie uma cultura de valorização do original e de recusa do produto pirata, cultura essa que gerará um benefício real a todos.

Acreditamos que o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, sob a coordenação do Dr. Luiz Paulo Barreto, é o espaço em que irá ocorrer essa articulação, e estamos dispostos a mobilizar e estimular as mais variadas instâncias governamentais para que se crie uma onda que inunde o País continuamente a respeito dessa idéia.

Certamente, também temos que rever a legislação que, em função dos avanços tecnológicos precisa ser atualizada, assim como precisamos imaginar formas mais eficientes, práticas e baratas de tornar a obra audiovisual original mais acessível ao consumidor.

Embora eu acredite plenamente nessa necessidade, não sou apenas eu quem o diz, mas segmentos do mercado que já admitem publicamente tal necessidade.

Quando se está diante de uma epidemia – e a Pirataria é um grande mal que atinge toda a sociedade – não basta ter apenas tratamentos tópicos. Há um conjunto de medidas que vão das mais simples às mais complexas e devem ser realizadas por todos, pois será o seu somatório que nos levará à resolução do problema.

Muito obrigado.

**Nilson Rodrigues**

Diretor Presidente substituto da Agência Nacional do Cinema